

OS ARQUIVOS FEMININOS DO CPDOC ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO “ESCOLA NO ACERVO”

THE FEMALE ARCHIVES OF CPDOC THROUGH THE EXPERIENCE OF “ESCOLA NO ACERVO”

Ayra Guedes Garrido*

Resumo: O presente artigo busca tratar da experiência da iniciativa *Escola no Acervo*, do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC, com os arquivos femininos do acervo contemporâneos a Era Vargas. Para isso, foram utilizados os arquivos pessoais de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de Queiroz, para tratar da relação entre as mulheres e a política dos anos 30. Dessa forma, o presente artigo busca trazer discussões sobre os arquivos de mulheres no Brasil através de questões como o seu acesso, difusão e usos educativos dos acervos.

Palavras-chaves: mulheres, política, educação patrimonial, arquivos.

Abstract: This article seeks to address the experience of the initiative “Escola no Acervo”, from the Project Diffusion and Heritage Education of FGV CPDOC, with the women’s archives of the collection contemporary to the Vargas Era. To this end, the personal files of Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas, and Anna Amélia de Queiroz were used to address the relationship between women and politics in the 1930s. Thus, the present article seeks to bring discussions about women’s archives in Brazil through issues such as their access, diffusion and educational uses of the collections.

Keywords: womens, politic, heritage education, archives.

Introdução

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC) foi criado em 1973, com o objetivo de abrigar um conjunto documental de arquivos pessoais de personagens importantes para história política contemporânea do país. Hoje, o acervo do CPDOC abriga mais de 2 milhões de documentos de homens e mulheres que tiveram uma relevância política e histórica brasileira¹. Dos 230 arquivos pessoais presentes no acervo, somente 16 desses arquivos são femininos. Essa ausência de arquivos de mulheres, não é um problema somente do acervo do CPDOC, mas uma realidade das instituições arquivísticas brasileiras. Para melhorar essa situação e captar novos arquivos femininos, o CPDOC, a partir de 2015,

*Pesquisadora Bolsista do Projeto Difusão e Educação Patrimonial e Doutoranda em História, Política e Bens Culturais (PPGHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC). E-mail para contato: ayra.garrido@fgv.br

mudou sua política de acervo, incluindo o marcador de gênero, para ampliar o número de arquivos de mulheres no acervo.

O Projeto Difusão e Educação Patrimonial, é criado em 2017, por iniciativa das coordenadoras Daniele Amado² e Martina Spohr³, com o objetivo de difundir e ampliar o acesso do acervo histórico da FGV CPDOC para diversos públicos, principalmente o público escolar. Desde então, o projeto vem desenvolvendo atividades presenciais e virtuais por meio da educação patrimonial, para professores, estudantes de graduação e alunos do ensino básico. Tendo como ênfase o arquivo pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas, lançamos em 2018, a Exposição Virtual “Saio da Vida para entrar na História: Getúlio Vargas e a Propaganda Política (1930-1954)⁴”. Com documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, além de jogos e atividades educativas, a exposição buscou democratizar o acesso dos documentos para professores e o público em geral, oferecendo a possibilidade de os documentos serem lidos na própria exposição ou baixados, sem necessidade de nenhum cadastro. Os jogos e atividades educativas auxiliam os professores a utilizarem o conteúdo dos governos Vargas de forma lúdica e divertida em sala de aula. A temática feminina é trabalhada na exposição através dos verbetes das personagens femininas da Era Vargas e nas atividades educativas, onde há atividades específicas da temática de mulheres e a conquista de seus direitos nesse período. O Projeto também é responsável por outras iniciativas educativas do CPDOC, como as *Oficinas de Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula* e o *Escola no Acervo*.

O Escola no Acervo

Apesar da exposição ajudar a democratizar o acesso ao documento, o Projeto Difusão e Educação Patrimonial busca aproximar ainda mais o público escolar do mundo dos arquivos. Assim, em 2019, o Projeto reformou uma das salas da Casa Acervo⁶, com atividades interativas sobre o arquivo de Getúlio Vargas e o acervo em geral, para receber alunos e professores do ensino básico no arquivo do CPDOC. Porém, ao final da reforma da sala, com previsão de abertura para abril de 2020, teve início a pandemia de COVID-19, adiando as visitas das escolas presenciais ao acervo.

Dessa forma, o Projeto precisou se readaptar e pensar em novas maneiras de conectar estudantes e professores ao acervo, através do formato virtual. A iniciativa do *Escola no Acervo* nasceu da necessidade de integrar alunos e professores ao acervo

histórico do CPDOC através de visitas virtuais temáticas guiadas pelo acervo. O programa também buscou auxiliar os professores, em suas aulas à distância.

Para isso, foram criados seis roteiros temáticos em torno da temática da Era Vargas: *Quem foi Getúlio Vargas?*; *Estado Novo*; *Cultura na Era Vargas*; *Propaganda Política na Era Vargas*; *Trabalho na Era Vargas* e *Mulheres e Política*. As temáticas dos roteiros foram escolhidas de acordo com as questões que se apresentavam nos arquivos pessoais do CPDOC, com ênfase no arquivo do ex-presidente Vargas. Foram escolhidos documentos textuais, iconográficos e audiovisuais que dialogassem com a temática do roteiro, promovessem um debate crítico a partir das fontes, e fizessem com que os alunos pudessem conhecer a diversidade de temas e olhares possíveis dentro do arquivo. Além da escolha desses documentos e a montagem de uma narrativa em torno deles, também desenvolvemos jogos sobre essas temáticas, que pudessem estimular no aluno, a construir, ele próprio, o conhecimento através dos documentos. Os jogos utilizados nas visitas, foram tantos jogos simples em apresentação de slides, que não demandam tanta capacidade de conexão, como jogos mais interativos, como os desenvolvidos na plataforma *Kahoot*. Durante mais de 1 ano de projeto, “consequimos atingir mais de 500 alunos distribuídos em 4 regiões do Brasil, 10 estados e 18 cidades, das mais diversas realidades.” (SPOHR, AMADO e GARRIDO, 2021. p. 104).

Com o avanço das visitas percebemos que um dos roteiros mais escolhidos pelos professores era o roteiro *Mulheres e Política*, sendo escolhido por 29% dos professores. Essa informação nos chamou a atenção para a preocupação dos educadores em trabalhar com os alunos pautas “minoritárias” em suas aulas e descobrir instituições culturais ou arquivos que tratassem dessas temáticas, já que não são amplamente trabalhados no conteúdo da história política contemporânea. Trabalhar essas temáticas e questões na educação patrimonial de arquivos, é uma tentativa de aproximar esses alunos das suas identidades e de suas práticas sociais⁷.

A memória feminina

O roteiro de *Mulheres e Política*, um dos roteiros temáticos do programa *Escola no Acervo*, foi pensado através da percepção da equipe do Projeto Difusão e Educação Patrimonial, da ausência do protagonismo feminino na história política contemporânea e nos arquivos. Perrot analisa que uma das causas dessa ausência da história dessas mulheres está na deficiência de fontes primárias que apontem as vivências femininas⁸.

Quando falamos sobre o cenário político ou de espaços públicos, essa desigualdade de representação, se torna ainda pior. “O mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens e é este que conta.” (PERROT, 1989, p. 10). Perrot também salienta que o mundo político e econômico é o cenário valorizado, em detrimento da vida íntima e pessoal, consideradas como “frivolidades” deixadas a cargo das mulheres.

A partir dessas interpretações do espaço feminino, a mulher é representada como “ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e atitudes, principalmente no caso das mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função mostrar a fortuna e condição do marido.” (PERROT, 1989. p. 10). As mulheres são retratadas nos registros históricos, como mulher, filha ou mãe de alguma figura masculina. Alguns arquivos femininos, são correlatos aos arquivos de seus maridos, filhos ou pais, com o objetivo de contar a história privada ou familiar daquele personagem masculino. Segundo a experiência dos arquivos pessoais de mulheres do CPDOC, “Os arquivos de algumas dessas mulheres vinham sendo tratados como anexos dos arquivos de homens com os quais elas tinham algum grau de parentesco, deixando de lado sua atuação como sujeitos políticos independentes.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et.al. P. 76). Outro ponto a ser levantado, é como as mulheres pobres são retratadas nos registros históricos: “Quanto às mulheres do povo, só se fala delas, quando seus murmúrios, inquietam no caso do pão caro, quando provocam algazarra contra os comerciantes ou contra os proprietários, quando ameaçam subverter com sua violência um cortejo de grevistas.” (PERROT, 1989. p. 10). Dessa forma, é importante que busquemos captar arquivos de diferentes mulheres nas instituições arquivísticas, para que possamos conhecer as mais diferentes narrativas de mulheres, através de suas próprias vozes. PERROT (1989) também aponta que muitas das vezes as narrativas históricas sobre as mulheres são sobre a “entidade coletiva de mulher” e não sobre suas próprias vivências singulares. Os arquivos pessoais femininos vêm subverter um pouco essa ordem trazendo não só as experiências íntimas e familiares, mas também profissionais e políticas sobre essas mulheres.

Arquivo de Mulheres no CPDOC

Em 2018, um projeto do CPDOC coordenado pela pesquisadora Carolina Alves⁹, foi responsável pela organização e digitalização dos arquivos femininos do CPDOC. Esse

projeto foi importante para que entendêssemos as características desse acervo no CPDOC e promovêssemos a sua difusão.

Após a mudança na política de acervos, o CPDOC recebeu 6 novos arquivos femininos. Hoje, o acervo do CPDOC conta com 16 arquivos de mulheres, são elas: Alba Zaluar, Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Delminda Aranha, Hermínia Collor, Hilda Machado, Luiza Aranha, Luiza Erundina, Mariza Peirano, Niomar Moniz Sodré, Rosalina Coelho Lisboa, Silvia Scorel, Yvonne Maggie e o arquivo de Carlota Pereira de Queiroz, doado recentemente, no final de janeiro de 2022. A maioria dos arquivos femininos já se encontram disponíveis para consulta e digitalizados.

Embora os arquivos masculinos sejam a grande maioria no acervo do CPDOC, o primeiro arquivo feminino foi doado ainda em 1973, no mesmo ano de criação do CPDOC. Esse primeiro arquivo foi o de Delminda Aranha, esposa do ex-ministro dos governos Vargas, Oswaldo Aranha. O arquivo de Delminda também foi um dos 4 arquivos depositados no CPDOC anexados aos arquivos de seus maridos, esposos e filhos, na década de 70. “São eles: Delminda Aranha, Luiza Aranha, Hermínia Collor e Hilda Machado.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. P. 78 e 79)

Os outros 12 arquivos da casa foram doados pela própria iniciativa das titulares ou por familiares que acreditaram na importância histórica do conjunto documental acumulados por elas. Desses arquivos, 8 deles foram doados pelas próprias titulares, o que pode mostrar um protagonismo e preocupação dessas mulheres em contribuir para a memória histórica e política feminina. Porém, a realidade brasileira ainda é preenchida pela ausência feminina nos arquivos. “A ausência de arquivos que registram a atuação política feminina no Brasil se relaciona a um discurso sexista que excluiu mulheres da vida pública.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. p.81) Dessa forma, é necessário que pensemos estratégias de difusão desses arquivos que possam contribuir para o conhecimento de quem foram essas personagens e qual a contribuição das suas biografias para a história política contemporânea.

Escola no Acervo e o Roteiro Mulheres e Política

O roteiro Mulheres e Política, tem por objetivo convidar o público escolar a conhecer o protagonismo e o ativismo político das mulheres durante a Era Vargas, com

foco nas figuras de Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas e Anna Amélia de Queiroz, através de seus acervos depositados na FGV CPDOC.

Esses três arquivos foram escolhidos para serem trabalhados nesse roteiro não só pela contemporaneidade dessas mulheres que viveram na Era Vargas, mas pelo papel importantíssimo na conquista política de direitos femininos e atuação social que elas tiveram. Apesar de serem mulheres com perfis diferentes, elas nos ajudam a entender a luta feminina por direitos e igualdade, a partir dos anos 30.

Almerinda Farias Gama (1899-1999), nasceu em Maceió (AL). Foi fundadora do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal em 1931, participou como delegada da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, como a única mulher negra e candidata à deputada classista na mesma Assembleia. Também foi secretária, jornalista, tradutora e membra da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Foi uma importante ativista na luta por direitos políticos e educacionais das mulheres, além de ter uma participação importante no movimento sindical.

O arquivo de Almerinda é o único arquivo de mulheres negras no CPDOC. “O arquivo pessoal de Almerinda Farias Gama nos convida a refletir sobre o silenciamento que se impõe às narrativas e vivências das mulheres negras. Assim sendo, se a presença de mulheres nos arquivos brasileiros é pequena, esse percentual é drasticamente reduzido quando incorporamos ao nosso campo de análise a dimensão étnico-racial.” (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et.al. 2019, p. 81). Apesar de ser um arquivo pequeno, com apenas 4 documentos textuais e 20 fotografias, ele possui potencialidades para o debate do papel da mulher na política e na sociedade.

Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971), nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Foi escritora, poetisa e jornalista. Presidente e vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e Fundadora da Casa do Estudante do Brasil em 1929. Foi presidenta da Associação Brasileira de Educação e a primeira mulher a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, fazendo parte da mesa apuradora das eleições de 1934 e foi representante brasileira em diversos congressos internacionais sobre os direitos das mulheres.

O arquivo de Anna Amélia possui um conjunto documental rico para compreender a militância política feminista nos anos 30, seja pelas questões de sufrágio, comportamento ou oportunidades educacionais. Anna Amélia questionava o papel da mulher na sociedade e lutou pela igualdade de direitos das mulheres no Brasil, através de suas experiências em viagens pelo mundo. Seu arquivo subverteu a ordem de arquivos

femininos anexados ao masculino, quando por meio de seu arquivo, a equipe do CPDOC encontrou documentos referentes ao seu marido Marcos Carneiro de Mendonça. (MONTEIRO, COSTA, ALVES e et. al. 2019, p. 86)¹⁰

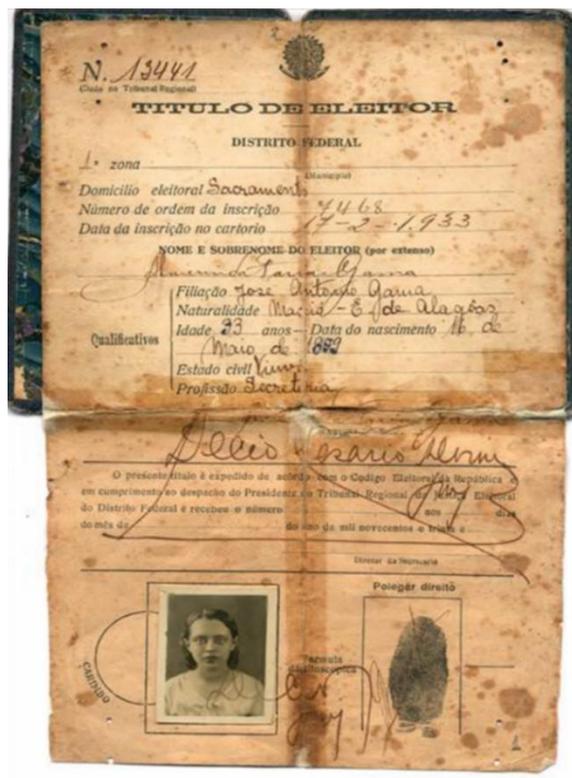
Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992), nasceu em São Borja (RS). Filha do ex-presidente Getúlio Vargas, foi sua assessora e auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República durante os governos Vargas. Representou o Brasil em eventos internacionais como a Conferência Internacional do Trabalho, em 1952. Tradutora, arquivista, se formou bacharela em direito na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1937. Alzira Vargas também foi primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, durante a interventoria e governo de seu marido Ernani do Amaral Peixoto.

Secretária particular de seu pai, além de sua confidente, Alzira foi grande protagonista da cena política nacional do país durante o final dos anos 30, 40 e início da década de 50. Apesar de não ter sido uma militante ativa dos direitos das mulheres, ela questionava o papel da mulher na sociedade e era uma das poucas mulheres ativas na cena política tradicional do país no período.

Dessa maneira, essas três personagens dialogavam com o nosso objetivo de debater diferentes experiências femininas na política no pós-30, através do conjunto documental acumulado por elas. Para isso, realizamos uma seleção de documentos, entre textos, fotos, áudios e vídeos, de linguagem simples e com um potencial objetivo para debater questões da época em relação aos questionamentos do papel das mulheres na política hoje.

No início do roteiro, exibimos a foto das 3 personagens, para questionar aos estudantes e professores se eles conhecem essas mulheres. A maioria das respostas são negativas, com a exceção da figura da Alzira Vargas. Após isso, aprofundamos a narrativa de cada uma das personagens. Quando falamos da Almerinda, utilizamos o documento de seu título de eleitor e sua carteira de trabalho, vejamos os documentos abaixo:

Figura 1 - título de eleitor de Almerinda Faria Gama



Fonte: Acervo FGV CPDOC. Arquivo Almerinda Farias Gama. AFG dp 1933.02.17.

Figura 2 - carteira de trabalho de Almerinda Faria Gomes



Fonte: Acervo FGV CPDOC. Arquivo Almerinda Farias Gama. AFG dp 1933.02.17.

O título de eleitor da Almerinda (Figura 1), é um documento interessante para dialogar com os alunos sobre a luta pelo sufrágio feminino. No documento vemos a data de sua inscrição no cartório no ano de 1933, quase um ano após o decreto-lei do ex-presidente Getúlio Vargas de concessão do direito a voto às mulheres¹¹. Portanto, possivelmente, Almerinda é uma das primeiras mulheres a votar no país, antes mesmo do direito ser assegurado na Constituição de 1934. A carteira de trabalho de Almerinda (Figura 2) também é potente para ser trabalhada com os alunos através da grafia das palavras: “do companheiro”, “delegado” e “portador”. Quando apresentamos esse documento, perguntamos aos alunos e professores o que eles gostariam de destacar nele. Alguns visitantes destacam logo as palavras “dactylographos” e “tachygraphos”, o que gera um estranhamento do seu significado e da sua grafia, porém, outros destacam a alteração dos artigos e sentido das palavras para o gênero feminino “da companheira”, “delegada” e “portadora” feitos à mão. Não sabemos se foi realmente a Almerinda que fez essa correção, mas essa ação mostra uma preocupação de Almerinda em marcar o gênero feminino em um documento trabalhista e político, mostrando a participação das mulheres nesses espaços, tão negados para elas. Hoje, vemos a discussão sobre a mudança dos artigos para uma garantia de cidadania a diversidade de gêneros, então a “simples” alteração de um artigo, pode carregar uma potência política e um reconhecimento daquela cidadã, como um ser político.

Após esse documento, são mostradas as fotos de Almerinda, em 1933, na Assembleia Constituinte. Ao apresentar elas durante a visita, perguntamos aos alunos o que eles destacariam dessas fotos, e recebemos algumas observações interessantes. Normalmente, é destacado a ausência de mulheres naquele recinto, com a presença de homens mais velhos e brancos, mas em uma de nossas visitas, uma aluna destacou a expressão de constrangimento no rosto de Almerinda por ser a única mulher presente, segundo a aluna “pode ter sido um ambiente opressor” para aquela mulher negra. Essa observação crítica e atenta dos alunos, ajudam a construir um conhecimento próprio do estudante, através das fontes históricas. “O uso de fontes históricas deve servir para suspender o caráter de prova que os documentos assumem desde a história tradicional e mostrar às novas gerações a complexidade da construção do conhecimento histórico.” (PEREIRA e SEFFNER, 2008. P. 126). Esses comentários, também podem sugerir uma aproximação ao cotidiano e identidade dos alunos e alunas através dos documentos:

Nossa concepção é que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socio-

culturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. (PEREIRA e SEFFNER, 2008. p. 119)

Depois, passamos para a Alzira Vargas. Não é possível falarmos de seu papel político, sem falarmos da sua relação com o seu pai e ex-presidente Getúlio Vargas, aliás, Alzira Vargas foi a responsável pela organização de seu arquivo. Começamos a falar da Alzira nas visitas, através dessa relação, já que o arquivo dela ajuda a compreendermos a figura do ex-presidente. Seu arquivo transmite muito a riqueza e complexidade de um arquivo pessoal, que trata tanto de questões íntimas e familiares, quanto de política. “Na medida que as mulheres nele se exprimiam de forma bem mais abundante, e, até mesmo, foram as produtoras desses arquivos, nos casos em que fizeram as vezes de secretárias da família.” (PERROT, 1989. p. 11)

Ao mostrar fotos do trabalho de Alzira como assessora de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, os alunos comentam sobre ela ser a única mulher nos eventos ministeriais, internacionais ou de recebimento de políticos no Palácio do Catete. Porém, algumas alunas comentaram sobre a diferença das expressões de Almerinda e Alzira Vargas, como se Alzira estivesse mais confortável naquele ambiente predominantemente masculino, que a Almerinda. Uma das hipóteses, para isso é o espaço social que elas ocupavam. Almerinda era uma mulher alagoana, negra, de origem pobre, onde uma Assembleia com políticos homens brancos, e muitos ricos, poderia ser um ambiente hostil para ela. Já para Alzira, apesar de ela ter sido uma mulher, e não haverem muitas mulheres nos espaços que ela trabalhava, ela convivia com políticos durante boa parte de sua infância e adolescência, se tornando, talvez, um ambiente mais comum para ela.

Uma das cartas trazidas para as visitas do *Escola no Acervo*, esse lado familiar, de filha do presidente, e de articuladora política, se confundem:

O queremismo parece q. se assanou ainda mais com o Carnaval.
Surgem parodias por todos os lados.
Quanto aos charutos do Camara estou esperando para breve. Não consigo desde q. cheguei pôr os olhos em cima do Epitacio. Para facilitar a minha vida pediria q. desses a procuração para receber teus capitais a outra pessoa. É um inferno. Agosto do ano passado foi o ultimo q. vi. Não q. me faça falta ou prejudique tuas encomendas, fico atucanada de ter de andar atrás de S. Excia.
Vai junto um pijama q. é presente nosso p. o Maneco (aniversario). Si estiver grande q. atore as pernas.
O Goes ficou danado com os boatos de teu namoro com a UDN. E o Oswaldo [anda cercando todo o mundo].
A tosse não me deixa continuar.
Beija-te com todo o carinho tua filha
Alzira

Acervo FGV CPDOC. Arquivo Alzira Vargas. AVAP vpu e 1946.01.02
(VI - 23)

Nessa carta que Alzira escreve a seu pai, no período de autoexílio de Getúlio Vargas, após o golpe de 1945, podemos trabalhar elementos do contexto histórico da Era Vargas, conjuntamente, com a vida pessoal da família Vargas. Quando Alzira fala do quererismo, ela está contando a seu pai, sobre o movimento popular que pedia sua volta à presidência, após anos de ditadura. Na frase seguinte, ela fala dos charutos que Getúlio pede a ela que a envie. Depois, ela fala de outra encomenda, de um pijama que envia para seu irmão, o “Maneco” (Manuel Vargas). Na próxima frase, ela fala de um boato de um possível “namoro” entre Getúlio e a UDN (União Democrática Nacional), partido opositor ao do ex-presidente.

Esse documento, assim como outros dos arquivos pessoais de mulheres, nos ajuda a trabalhar com os alunos a compreensão da história da Era Vargas, como também, através do cotidiano dos personagens, ajuda-los no entendimento do tempo histórico, como as pessoas viviam e se comportavam nesse período. Além disso, os documentos de arquivos pessoais também ajudam no debate sobre as mudanças linguísticas e expressões regionais e/ou temporais, como por exemplo: “Si estiver grande q. atore as pernas”. Como acabamos recebendo não só professores de história ou sociologia, mas também professores de português, biologia e educação física, podemos trabalhar os diversos campos com as fontes históricas.

Com o arquivo de Anna Amélia, podemos trabalhar outras questões da militância feminina. Apesar de Almerinda e Anna Amélia possuírem muitas bandeiras de luta em comum, como: a educação da mulher, o sufrágio feminino, sua independência e seu protagonismo na política, elas são mulheres de realidades sociais diferentes. Anna Amélia, era filha de um empresário, José Joaquim de Queiroz Júnior, dono de uma das primeiras siderúrgicas do país. Apesar das mulheres não terem acesso à educação formal, naquele período, Anna Amélia estudou na Europa e aprendeu vários idiomas como o inglês, italiano e alemão, se tornando tradutora.

Durante as visitas, contamos um pouco de suas vidas, incluindo curiosidades sobre suas experiências de vida. Anna Amélia teve uma forte ligação com o futebol, não só por ser casada com um jogador, mas por ter sido uma praticante e difusora do futebol no país, tendo traduzido as regras do futebol do inglês para o português, além de ter ensinado o futebol aos operários da fábrica de seu pai¹². O futebol é um elemento essencial para se entender a identidade do Brasil, e conseqüentemente, a política. Por ser um campo ainda

machista, conhecer a atuação de mulheres como a Anna Amélia, que contribuiu para a democratização do futebol, nos mostra o quanto existiam mulheres que estavam ocupando esses espaços, mas que na maioria das vezes, acabamos não conhecendo suas histórias. Esse fato curioso, da vida de Anna Amélia, facilita a aproximação com a realidade dos alunos, onde muitos gostam e praticam o esporte. Em algumas visitas tivemos disputas clubísticas, o que aumenta o ambiente descontraído e, conseqüentemente, o bem-estar dos alunos durante as visitas. “Dessa maneira, o uso de diversas fontes tem a função de contribuir tanto na construção de conceitos históricos e aprendizagens quanto no processo de bem-estar dentro do ambiente escolar”. (MONTI, 2019. p. 5)

Ao falar da militância feminista de Anna Amélia, mostramos um pouco da sua participação na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização criada por feministas como Bertha Lutz e Mary Jane Cobbert, para a conquista do direito ao voto feminino. Anna Amélia foi presidente e vice-presidente da FBPF, lutando pelo direito das mulheres a se expressarem politicamente. Durante as visitas, exibimos fotos de encontros da Federação e documentos sobre sua atuação, inclusive em contato com o ex-presidente Getúlio Vargas.

O arquivo de Anna Amélia, ainda tem muitas fotos e documentos que tratam de suas viagens ao exterior com o intuito de representar o Brasil em eventos internacionais sobre os direitos das mulheres, na década de 30. Essas fotos mostram mulheres de vários lugares do mundo: África, Ásia, Europa e etc.; que exerciam as mais variadas profissões. Anna Amélia fala de arquitetas, professoras, deputadas, fotógrafas, advogadas e médicas. Ao mostrar essas fotos para os alunos, conseguimos desconstruir um pouco a visão de que as mulheres antigamente não ocupavam os espaços públicos. Será que elas não ocupavam mesmo ou eram poucas as mulheres que estavam atuando politicamente ou profissionalmente? Ou será que não conhecemos suas histórias pela ausência de relatos das histórias das mulheres?

Anna Amélia foi uma mulher que questionava o lugar das mulheres dentro da sociedade. Durante a visita, apresentamos um de seus textos escritos em 1936, sobre a loquacidade feminina:

Desde que o mundo é mundo que os homens acusam a mulher de falar demais. Nos romances antigos, nas anedotas de sucesso, nos salões de nossos avós, no tempo dos almanaques e das folhinhas, não têm conta as coisas engraçadas ou sem graça, que foram ditas em torno da loquacidade feminina. Fazendo uma estatística de tudo isso e pesando as frases de espírito com as histórias sem espírito nenhum, repetidas

através dos séculos, chega-se à conclusão de que os homens, nesse terreno, chegaram a falar demais.

Acervo FGV CPDOC. Arquivo Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. Crônica da Atualidade para o dia 15 de abril de 1936. AACM mf 1936.03.11)

Ao apresentar esse documento, pedimos a algum aluno, que leia esse trecho e comente sobre ele, o que aumenta a inclusão dos alunos com o conteúdo apresentado na visita. Esse texto, é um documento potente para debater sobre a voz das mulheres, se elas são verdadeiramente ouvidas quanto as falas masculinas. Quantas vezes, nós mulheres, fomos acusadas de falar demais? E quantas vezes somos realmente ouvidas? Perrot trata dessa questão ao tratar do mutismo dos homens em comparação a fala das mulheres: “O mutismo dos homens, em um casal, ao tratar-se das recordações da infância ou da vida privada, contrasta com a loquacidade muito maior das mulheres.” (PERROT, 1989. p. 16). A fala das mulheres é compreendida como algo inferior, já que elas dariam conta do âmbito familiar ou privado, em oposição à vida pública dos homens, voltado ao meio político e econômico.

No caminho de encerramento da visita, mostramos uma foto atual do Congresso Nacional, no início de 2020, antes da pandemia, e perguntamos aos alunos se eles veem diversidade na imagem. Infelizmente, os alunos logo destacam a falta de mulheres no Congresso, e mais ainda de mulheres negras. Quando consultamos os dados, vemos que apenas 14,6% dos deputados são mulheres¹³, mostrando a desigualdade de representação política feminina no país. Antes de toda visita, pesquisamos no município de cada escola, se os alunos conhecem a representação política de mulheres em suas cidades. Na maioria das vezes, os alunos mostram desconhecimento sobre a representatividade feminina na política em seus municípios. Isso mostra a necessidade de debater a representação política das mulheres em sala de aula, estimulando os alunos a conhecerem os seus representantes e a buscar uma maior igualdade política de gênero no município. Além disso, é importante debater com os alunos, se mesmo havendo representação política feminina, se esses políticos ou políticas têm buscado melhorias nas condições de vida das mulheres e a valorização de suas memórias. O *Escola no Acervo*, por ser um programa de visitas virtuais, nos possibilita o contato com escolas dos mais variados municípios do país, ampliando a difusão do acervo e possibilitando o debate com os alunos sobre a representatividade política feminina no início do século XX e como ela se reflete nos dias de hoje.

Ao final da visita, fazemos um passeio audiovisual, com o material dos arquivos pessoais dessas 3 mulheres. O vídeo que passamos aos alunos, é um vídeo de três minutos,

com trechos dos seguintes filmes: *Almerinda, a luta continua*. Direção de Cibele Tenório; *Anna Amélia – Feminismo no tempo do Zeppelin*. Direção de Tarcila Soares Formiga; e *A Bacharel e o Presidente*. Direção de Nay Araújo. Os vídeos foram produzidos em Oficinas de Produção Audiovisual do Núcleo Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC, nas oficinas de 2018 e 2019¹⁴ com material do Programa de História Oral do CPDOC (PHO)¹⁵. Ao apresentarmos esse vídeo, os alunos e alunas podem conhecer as vozes e imagens dessas mulheres, dando uma materialidade maior a essas personagens. Foram selecionados trechos que falam sobre as questões femininas. No trecho selecionado da *Almerinda*, ela fala sobre a emancipação da mulher: “Porque eu sempre tive este ideal, de melhorar o nível de vida das mulheres. Eu sempre quis melhorar o meu nível, mas sempre soube que o meu nível não poderia subir, se não fosse coletivo. Eu tentei entrar na Academia de Letras do Rio de Janeiro, mas a Academia não aceitava mulheres, porque a Academia de Paris não aceitava”, e ela se pergunta: “O que tem a ver o sexo com a intelectualidade?”. O discurso de *Almerinda*, ajuda a trabalharmos com os alunos sobre a desigualdade de gênero na educação e a normatização de um comportamento das mulheres.

Já *Alzira* vai falar um pouco sobre sua vontade de ter uma ocupação, uma profissão: “Eu não me conformava em ficar tomando chazinho, batendo papo vazio, aquilo para mim não fazia sentido. Minha tia dizia que eu nasci errado, que eu tinha que ter nascido homem. Aliás, meu avô também dizia isso, a bacharela que ajuda o Getúlio. (...) Porque essa emancipação feminina é muito recente”. A fala de *Alzira*, subverte um pouco a ideia da mulher no ambiente caseiro, responsável pelo lar. Demonstra a sua vontade em ter uma ocupação fora do espaço íntimo caseiro. Alguns alunos fazem comentários também em relação a fala de que ela deveria “ter nascido homem”, por ser uma mulher que trabalhava com o presidente. Isso mostra como o imaginário social, delimita o lugar da mulher na sociedade.

As imagens de viagens da *Anna Amélia*, onde ela fala de mulheres do mundo inteiro, que exerciam as mais variadas profissões, na década de 30, pode desconstruir a imagem de que as mulheres não trabalhavam e viviam no espaço do lar. Ela também aponta que nesses eventos eram discutidas questões dos direitos das mulheres: “Os pontos debatidos no Congresso são extremamente interessantes, como: o direito ao trabalho, reconquista de direitos, igualdade moral em nível alto, a mulher em face do governo.” Muitas dessas reivindicações ainda não foram atendidas, e ouvir sobre elas nos ajuda a

debater com os alunos sobre as lutas coletivas, se houve avanços e retrocessos e como podemos agir no presente.

Após a visita, jogamos com os alunos através da plataforma *Kahoot*. Por ser uma plataforma gratuita e intuitiva, ela é bem simples de ser utilizada. Podem ser incluídas imagens no jogo e possui uma dinâmica bem interativa, o que ajuda a reunir os alunos em torno da atividade sobre mulheres e política e finalizar a visita com descontração.

Conclusão

A educação patrimonial de arquivos busca “criar mecanismos que viabilizem e estreitem de fato a relação entre patrimônio e sociedade. Esse é o papel da educação patrimonial.” (FRATINI, 2009. p. 2). Os arquivos não possuem somente a função de guarda dos documentos, mas também são responsáveis pela sua organização, preservação e acesso à sociedade. Desde 2017, com o Projeto Difusão e Educação Patrimonial buscamos ampliar e potencializar o acesso e a difusão do acervo histórico do CPDOC, com a inclusão de novos públicos. Os arquivos são instituições, normalmente, frequentados por pesquisadores, professores e alunos do ensino superior, sendo pouco acessados por professores, alunos do ensino básico ou o público em geral. Dessa maneira, buscamos realizar produtos e atividades que possam aproximar o público escolar ao acervo.

Uma dessas iniciativas, o *Escola no Acervo*, vem buscando ainda mais aproximar esse público dos arquivos através de visitas temáticas virtuais, devido a pandemia. Porém, apesar da possibilidade de retomada das atividades presenciais, temos que ampliar a oportunidade de atividades virtuais no acervo, já que podemos assim, estar em contato com escolas e realidades por todo o país. Entretanto, existem dificuldades e desigualdades do acesso dos alunos à aparelhos eletrônicos e uma boa conexão de internet que viabilizem essas atividades.

Dessa forma, durante a execução do Projeto, a temática dos arquivos de mulheres e sua inserção na política, no nosso caso durante a Era Vargas, chama a atenção para o quanto o público escolar e a sociedade em geral, desconhecem a vida dessas mulheres e reproduzem ao longo de gerações, um imaginário coletivo de comportamento dessas mulheres ou simplesmente as suas ausências. Como dito acima, percebemos uma demanda por parte dos educadores ao procurarem o roteiro de Mulheres e Política:

Isso mostra que assuntos relacionados às minorias e à cultura têm sido mais procurados pelos professores. Tal procura se coloca como um desafio para os educadores de arquivos, profissionais que trabalham com educação patrimonial em arquivos, em ampliar novos temas e abordagens nas atividades educativas institucionais, que possam auxiliar na aproximação com os alunos, de acordo com o seu cotidiano e práticas sociais. (SPOHR, AMADO e GARRIDO. 2021. p. 104)

Assim, com o roteiro de Mulheres e Política, do *Escola no Acervo*¹⁶, buscamos trabalhar com os alunos e professores, quem foram essas mulheres e como elas contribuíram para que mulheres hoje possam votar e exercer cargos políticos. A educação patrimonial de arquivos de mulheres pode contribuir para que o público escolar conheça a história das mulheres, contadas por elas mesmas. Além disso, a educação patrimonial de arquivos de mulheres pode contribuir para o conhecimento do protagonismo feminino na história do país e estimular a doação de novos arquivos de mulheres.

Em novembro de 2020, O CPDOC criou em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, a Rede de Arquivos de Mulheres (RAM), que tem por objetivo reunir profissionais e pesquisadores de arquivos de mulheres para debater e promover ações que busquem preservar e difundir esses acervos. Desse modo, ainda temos muitos desafios à situação atual dos arquivos de mulheres. A ampliação desses arquivos e sua difusão se tornam necessários e urgentes, e talvez a educação patrimonial dos arquivos de mulheres pode ser um caminho.

O Projeto Difusão e Educação Patrimonial busca ampliar suas atividades em torno dos arquivos de mulheres e contribuir cada vez mais para seu conhecimento, debate, acesso e difusão. Afinal, conhecer a história das mulheres, através de seus próprios documentos, faz com que nós conheçamos a urgência da historicidade de nossas lutas passadas e futuras.

Referências Bibliográficas

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. p. 131.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em arquivos. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 34, 2009.

MONTEIRO, Alessandra Nóbrega; COSTA, Anna Beatriz Oliveira Menezes; ALVES, Carolina Gonçalves e MENDES, Juliana Maia. *Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC)*. In: IX Seminário de Saberes Arquivísticos [ISSN: 2525-7544].

MONTI, Carlo Guimarães. Estratégias para o Uso de Fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história. In: *Anais Eletrônicos 30º Simpósio Nacional de História, Recife*. 2019. Disponível em:https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565294438_ARQUIVO_Estrategiasparaousodefontesemsaladeaulaealiberdadedeensinareaprenderhistoria.pdf

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18. P. 9-18. Ago-Set de 89.

SPOHR, Martina; AMADO, Daniele e GARRIDO, Ayra. A Escola no Acervo e os desafios do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC em tempos pandêmicos. In: *Revista Memória e Informação*, v. 5, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2021. Disponível: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/174/122> . Acesso em: 01/02/2022.

¹Entendemos por arquivos pessoais o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa física de direito privado. São documentos ligados à vida pessoal, familiar, profissional, religiosa e política de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica. Ver: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

²Daniele Chaves Amado é Analista de Documentação e Informação da FGV CPDOC

³Martina Spohr Gonçalves é Professora Adjunta da FGV CPDOC e Professora Visitante na University of Hawaii at Manoa.

⁴Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/> . Acesso em 01/02/2022.

⁶ Ver SPOHR, Martina; AMADO, Daniele e GARRIDO, Ayra. A Escola no Acervo e os desafios do Projeto Difusão e Educação Patrimonial da FGV CPDOC em tempos pandêmicos. In: *Revista Memória e Informação*, v. 5, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2021. Disponível: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/174/122> Acesso em: 01/02/2022.

⁷CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. p. 131.

⁸ PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 18. P. 9-18. Ago-Set de 89.

⁹Atualmente Carolina Alves é coordenadora do Programa de Arquivos Pessoais (PAP).

¹⁰Marcos Carneiro de Mendonça foi goleiro e presidente do Fluminense, além de historiador. Seu arquivo está sendo organizado e deve ser liberado para consulta em breve.

¹¹Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

¹²Ver “Poetisa Anna Amélia de Queiróz”. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/616497/> . Acesso em 06/02/2022. E “1ª maria-chuteira do Brasil fez poesia para conquistar o goleiro da seleção...”. Adriano Wilkson. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2014/10/02/1-maria-chuteira-do-brasil-fez-poesia-para-conquistar-o-goleiro-da-selecao.htm> . Acesso em 06/02/2022.

¹³Fonte TSE.

¹⁴Para conhecer outras produções do NAD, acesse: <http://cpdoc.fgv.br/nucleoAD/atividades> . Acesso em 07/02/2022.

¹⁵Os filmes estão disponíveis nos seguintes links: “Almerinda, a luta continua”: <https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yI> . Filme realizado na 2ª Oficina de Produção Audiovisual do Núcleo de Audiovisual e Documentário FGV/CPDOC. Direção: Cibele Tenório. “Anna Amélia - Feminismo no tempo do Zeppelin”: <https://www.youtube.com/watch?v=l3yvqyO33hg> . Filme produzido na Oficina de Audiovisual em Sala de Aula, ofertada pelo Núcleo de Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC no ano de 2019. Direção: Tarcila Soares Formiga. “A Bacharel e o Presidente”:

https://www.youtube.com/watch?v=5y_oNafW2g0 . Filme realizado na 2ª Oficina de Produção Audiovisual do Núcleo de Audiovisual e Documentário FGV/CPDOC. Direção: Nay Araújo.

¹⁶Para mais informações sobre o Escola no Acervo, acesse: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/escola> . Disponível em 08/02/2022.

Os roteiros do Escola no Acervo foram desenvolvidos com o auxílio das estagiárias Luiza Botelho e Rafaella Salles, graduandas de ciências sociais da FGV CPDOC.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 13 de junho de 2022.